



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Fernando Martins

78
/

144

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0156031-6/04

EMBARGANTE: ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AO
CIDADÃO

EMBARGADO: BERNADETE SOARES DE ARAÚJO FARIAS E OUTRO

RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS

SEXTA CÂMARA CÍVEL

R
57/5

EMENTA: EMBARGOS DE
DECLARAÇÃO – ACÓRDÃO
PROLATADO EM AGRAVO DE
INSTRUMENTO - PRELIMINAR -
NULIDADE DO JULGADO POR
AUSÊNCIA DE INTERVENÇÃO DO
MINISTÉRIO PÚBLICO – PARECER DO
MP MANIFESTANDO AUSÊNCIA DE
INTERESSE NO FEITO – PRELIMINAR
REJEITADA – SUPRESSÃO DE
INSTÂNCIA – INOCORRÊNCIA –
PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DA
MATÉRIA – NÃO CABIMENTO –
AUSÊNCIA DE VÍCIOS NO ACÓRDÃO –
EMBARGOS REJEITADOS.

Há parecer do MP manifestando não ser caso de sua intervenção no feito, tendo em vista que a ação originária é de execução de astreintes, versando direito disponível e meramente patrimonial da associação agravada/embargante. Preliminar afastada. Não incidência de supressão de instância, posto que o juízo de origem, ao ter por desnecessária a fixação de caução, deixando de arbitrá-la, implicitamente abordou tal matéria esculpida no inciso III do art. 475-O do CPC. Inexistência de omissão, obscuridade e contradição. Embargos não providos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Fernando Martins

79
2
145

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos destes Embargos de Declaração nº 0156031-6/04 em que figuram como embargante **ASPAC - ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AO CIDADÃO** e embargado **BANCO ABN AMRO REAL S/A**, **acordam** os Desembargadores integrantes da Sexta Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, unanimemente, em negar provimento ao recurso, tudo nos termos dos votos e notas taquigráficas em anexo.

Recife, 18 de 05 de 2010.


Des. Fernando Martins
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Fernando Martins

80
✓
146

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0156031-6/04

EMBARGANTE: ASPAC – ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AO CIDADÃO

EMBARGADO: BANCO ABN AMRO REAL S/A

RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS

Sexta Câmara Cível

RELATÓRIO

Trata-se de Embargos de Declaração com Efeitos Infringentes opostos face o acórdão de fls. 532/533 prolatado no Agravo de Instrumento em apenso.

Em suas razões de recurso, a embargante tece um breve intróito sobre o curso do agravo e argui a nulidade do julgado por ausência de intervenção do Ministério Público.

Discorre sobre o mérito da questão, afirmando que a decisão agravada somente determinou o bloqueio de valores, não havendo necessidade de prestação de caução para tanto, razão porque não poderia este Tribunal ventilar tal questão e determinar a prestação de caução, sob pena de cometer-se supressão de instância, mais ainda quando há havia sido interposta apelação cível.

Prossegue atacando a questão de fundo, asseverando que se equivocou esta Corte ao determinar a extinção da execução provisória caso ela, exequente, não apresentasse a fiança bancária determinado no acórdão; Aduz que desde o início da execução provisória não apresentou os documentos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Fernando Martins

81
2
147

pertinentes à caução ali ofertada, porque somente o , faria quando do levantamento do valor penhorado.

Traz à memória fatos ocorridos durante o curso do agravo, argumentando que houve uma má interpretação deste Relator quanto à conduta dele embargante, e a do juízo de origem, o que desencadeou imputações levianas e inverídicas, que requerem atenção especial do Presidente desta 6ª Câmara.

Com tais considerações, pugna pelo provimento do recurso e pelo prequestionamento da matéria.

Anexou aos autos carta de fiança prestada Helena Maria Batista de Hollanda e Josias de Hollanda Caldas e laudo de avaliação de bem imóvel.

Devidamente intimada a embargante, manifestou-se em contrarrazões às fls 50/55 requestando o não provimento dos embargos por ausência de vícios e pelo fato do mesmo somente atacar questões meritórias já tratadas pelo Tribunal. Ressalta quanto à caução, que o próprio embargante já havia manejado Medida Cautelar perante o STJ, onde foi suspensa a extinção da execução provisória determinada por esta Corte Estadual, mas mantida a fiança bancária aqui exigida.

Ressalta que já foi interposta apelação recebida no duplo efeito, diante do que seria impossível o prosseguimento da execução provisória, que deve permanecer sobrestada até o julgamento final do apelo. Tece, por fim, considerações sobre o mérito da querela e ao final, pugna pelo não acolhimento dos embargos.

Em despacho lançado às fls. 61, determinei a remessa do feito ao MP que ofereceu Parecer às fls. 65/67, advertindo, preliminarmente, que os




PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Fernando Martins

82
J
148

autos do agravo de instrumento em apenso estavam incompletos, posto que ali não se encontravam os documentos de fls. 36/204, nem tampouco certidão atestando o desentranhamento dessas peças. No mérito, afirma o representante do Parquet que o caso não justifica a intervenção do Ministério Público, vez que o direito sobre o qual deriva a execução provisória é disponível, pois refere-se a interesse meramente patrimonial da associação agravada e ora embargante, relativo à astreintes. Afasta, por fim, seu interesse e atuação no mérito da causa.

É o relatório.

Recife, de de 2010.


Des. Fernando Martins
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Fernando Martins

83
149

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0156031-6/04

EMBARGANTE: ASPAC – ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AO
CIDADÃO

EMBARGADO: BANCO ABN AMRO REAL S/A

RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS

Sexta Câmara Cível

VOTO

Inicialmente, examino questão suscitada pelo embargante, que
tenho como preliminar:

1-PRELIMINAR RELATIVA À NULIDADE DO
ACÓRDÃO;

Segundo o embargante, haveria de ter atuado o Ministério
Público, nos autos do agravo de instrumento em apenso, de sorte que a sua não
intervenção acarretaria na nulidade do julgado.

Não procede tal assertiva.

O acórdão embargado foi prolatado em agravo de
instrumento interposto contra decisão proferida nos autos de execução
provisória de astreintes. Muito embora a parte agravada e ora embargante, se
trate de associação, não cabe a intervenção do Ministério Público no recurso,
conforme Parecer de fls. 65/67, lançado pelo próprio órgão, através de sua
representante, a Exma. Procuradora de Justiça Laís Coelho Teixeira Cavalcanti,
cuja parte final transcrevo a seguir:

“Com efeito, no caso *sub judice* não há nenhuma hipótese de
intervenção ministerial (art. 82 do Código de Processo Civil), posto que o direito



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Fernando Martins

84
2
150

sobre o qual deriva a ação de execução provisória é direito disponível, de valor patrimonial.

... (Omissis)

Do exposto, este Órgão Ministerial afasta a apreciação de mérito sobre o caso em tela, no sentido de consagrar a real função do Ministério Público, qual seja, a de defender os interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis.”

Assim sendo, não acolho esta preliminar.

É meu voto.

Recife, de de 2010.

Des. Fernando Martins

Relator

MÉRITO:

De logo, ressalto que não há qualquer omissão, obscuridade nem contradição no acórdão embargado.

Todavia, por amor ao direito e ao ensino jurídico, esclareço o seguinte:

Esta Corte não cometeu supressão de instância. O então juiz de origem, que aliás, foi afastado pelo Conselho da Magistratura e atualmente regressou às funções junto ao Juizado do Idoso, prolatou a decisão agravada nos autos de execução provisória, determinando o bloqueio de valores.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Fernando Martins

85
251

Houve decisão interlocutória que conferiu parcialmente a liminar recursal, determinando a suspensão da execução, no tocante à multa pecuniária. A despeito disto, o juízo originário deu prosseguimento à execução, e mais adiante determinou o levantamento daqueles valores, quando a execução deveria estar suspensa.

Esta Câmara entendeu por reformar a decisão agravada, no emprego do art. 475-O, III do CPC, estabelecendo a prestação de caução correspondente à fiança bancária, matéria este que foi, inclusive, objeto do recurso interposto pelo agravante.

Ora, o inciso III do referido dispositivo estabelece que a prática de atos que possam importar em grave dano ao executado dependem de caução suficiente e idônea.

Portanto, ao pronunciar a decisão agravada determinando o bloqueio de alto valor sem a prestação de caução, o juízo de primeiro grau implicitamente desconsiderou a lei processual, ao entendê-la como desnecessária. Mais ainda quando posteriormente, determinou o levantamento de valores, sem a devida caução idônea.

Este Tribunal, ao avaliar o caso, considerou temerário o bloqueio de mais de meio milhão de reais sem a prestação de caução suficiente e idônea, e aplicou o texto da lei mencionada. Esclareça-se que não constava nos autos caução idônea apresentada pelo exequente/embargante, pois não havia este, anexado na origem, nem no agravo, a documentação necessária à caução que desejava ofertar.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Fernando Martins

86
152

Quanto à apelação cível que havia sido interposta, não ensejou a perda de objeto do agravo, matéria esta já bem tratada no corpo do voto constante no agravo, o qual integra o acórdão.

Quanto às demais arguições do embargante, que somente dizem respeito ao mérito do agravo, tenho que não procedem de qualquer vício elencado no art. 535 do CPC, de sorte que devem ser objeto de recurso próprio.

Isto posto, conheço dos presentes embargos, para fins de prequestionamento, e no mérito, nego-lhes provimento.

É meu voto.

Recife, de de 2010.


Des. Fernando Martins
Relator